



Revista Mulemba
e-ISSN: 2176-381X
v.15, n.29, e202364195, 2023

DOI: 10.35520/mulemba.2023.v15n29e202364195

Apresentação

As literaturas africanas de língua portuguesa na educação básica: propostas e relatos de experiência

Cinthia da Silva Belonia¹

Guilherme de Sousa Bezerra Gonçalves²

Mariana Sousa Dias^{1,2}

Renata Gomes¹

Sheila Ribeiro Jacob^{1,2}

¹Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, Brasil.

²Colégio Pedro II. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mails: cinthiabelonia@gmail.com; guisbezr@gmail.com; marianasousadias@yahoo.com.br; sheila.jacobb@gmail.com

Editoras-chefe

Carmen Lucia Tindó Secco
Vanessa Ribeiro Teixeira

Editores Convidados

Cinthia da Silva Belonia
Guilherme de Sousa Bezerra
Mariana Dias
Renata Gomes
Sheila Ribeiro Jacob

Como citar:

BELONIA, Cinthia *et al.*
As literaturas africanas de língua portuguesa na educação básica: propostas e relatos de experiência. *Revista Mulemba*, v.15, n.29, e202364195, 2023. doi: <https://doi.org/10.35520/mulemba.2023.v15n29e202364195>

No céu da língua portuguesa que a todos abriga, brilham as estrelas feitas de palavras. Estrelas-textos sempre a preservar e enriquecer o idioma enquanto narram ao leitor não só a terra em que vivemos, mas aquelas outras em que gostaríamos – ou não – de viver.

Eduardo de Assis Duarte

Neste ano de 2023, completam-se vinte anos da promulgação da Lei 10.639/03, a qual alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituindo a obrigatoriedade do ensino de História da África e das Culturas Afro-Brasileiras nos currículos das escolas públicas e particulares da Educação Básica. Tal legislação, anos depois, viria a ser ampliada e atualizada pela Lei 11.645/08, reconhecendo a importância de também

abordar, no ambiente escolar, a Cultura e a História Indígenas. No entanto, como sabemos, são diversos os desafios para pôr em prática o que se lê em tais documentos oficiais, passando pela necessidade de formação dos(as) docentes nessas áreas, pela produção e disponibilização de materiais didáticos adequados, pela diversificação dos projetos político-pedagógicos das instituições escolares, além de outros fatores.

Como destaca a pesquisadora Iris Amâncio, um dos caminhos que podem contribuir para a efetivação das referidas leis é a aproximação, dos/as estudantes, ao universo literário africano de Língua Portuguesa. De acordo com ela, “um dos roteiros que se pode percorrer na relação entre o Brasil e o continente africano tem sido o dos diálogos literários, paralelamente às interações históricas, culturais e socioeconômicas” (2008, p. 47). Ainda segundo a pesquisadora, “a leitura dos textos africanos de Língua Portuguesa [em sala de aula] corresponde, portanto, a uma viagem em diferença: durante a trajetória, montam-se e desmontam-se cenas imaginárias em espaços poéticos e ficcionais ainda pouco navegados” (2008, p. 49).

Logo, levar, para a sala de aula, textos literários africanos produzidos em língua portuguesa enriquece o trabalho docente tanto no aspecto ético quanto estético. É a possibilidade de pôr em contato diferentes paisagens culturais, históricas, geográficas e simbólicas, proporcionando o questionamento a estereótipos relacionados ao continente africano e trazendo à tona vozes e versões comumente ignoradas por um currículo tradicionalmente excludente e construído a partir de conceitos e bases eurocêntricos, em que tais territórios estão associados a (apenas) violência, fome e miséria. Rita Chaves, na apresentação de uma antologia de contos africanos pensada para o ambiente escolar, afirma que “as literaturas africanas são chaves para penetrar os muitos mundos que o continente guarda, desvendando alguns de seus mistérios pelas palavras” (2009, p. 8).

Para além da questão temática, tais textos apontam para um mar de múltiplas possibilidades de realização da nossa própria língua portuguesa. A possibilidade de conhecer uma língua que se coloca como um instrumento imposto pelo colonizador, mas que apresenta e/ou exalta a cultura, a vivência, a resistência e a história dos povos que vivem nesses países. Assim, para os estudantes, são apresentadas novas possibilidades de discurso e reconhecimento de identidades a partir de uma língua compartilhada, como destaca Rita Chaves mais uma vez:

O português em que esses contos são escritos tem a força de uma língua que conhecemos bem. É a língua cotidiana que ali está, mas que, em cada um dos países, encontra diferentes formas de se realizar. Há a mistura com os idiomas locais, palavras novas, há expressões que pedem maior atenção, há, principalmente, um modo diferente de falar da vida que se transforma e pede novas linguagens (2009, p. 9-10).

Esses servem ainda para refletirmos como, no espelho invertido do jogo colonizatório, as “línguas de Angola nas suas intensas variações” invadiram o português, conforme destaca Ana Paula Tavares, em uma crônica que começa assim:

E no princípio era a língua nas suas viagens de ida e volta pelo Atlântico a alargar os verbos para conter o geral, o particular e o à volta. E uma antiga oração milagreira, dita e escrita em língua geral para ser entendida por todos e por ser a arte das línguas para se ligar a todas as redes que eram muitas nos caminhos todos que desaguavam no mar. E a língua se fez luz e arte e ocupou geografias afastadas que o trabalho escravo cimentou. (2019, p. 35)

Ao apresentar essas novas variações e novos discursos e possibilidades estéticas para a língua portuguesa em sala de aula, o estudante é apresentado a uma literatura que toma para si a língua portuguesa e a preenche com seus elementos, redefinindo modos de pensar e reconhecer essa língua que já nos parece tão comum e novos modos de fazer literário. Imaginar caminhos de efetivação da Lei 10.639/03 nos leva, portanto, a querer navegar pelo oceano linguístico e cultural que nos conecta ao continente africano, sem apagar as tensões, as violências e as relações de opressão que marcam nossa história compartilhada. Entendemos a sala de aula como uma via possível para a construção de tais pontes, permitindo que se (re)conheçam as estrelas feitas de palavras que brilham no céu da língua portuguesa, como lemos na epígrafe. Trata-se, portanto, de momento de celebração e de reflexão crítica sobre os avanços e os desafios que ainda temos pela frente.

Para contribuir com tais debates, a revista *Mulemba* traz aos leitores a sua nova edição, dedicada à reflexão das estratégias e dos caminhos empreendidos por profissionais da educação e por instituições de ensino, ao longo dos últimos 20 anos, para a concretização das diretrizes pedagógicas estipuladas pela Lei 10.639 de 2003. Há, nos textos que compõem esta publicação, relatos de experiência, itinerários formativos e propostas interventivas que exemplificam e iluminam o trabalho diverso, rico e renovador de pesquisadores e professores brasileiros.

Em “**Memórias: um olhar sobre a escola e os saberes do povo Kalunga**”, por exemplo, guiada pela *Náusea* de Agostinho Neto e por preciosos registros fotográficos, Deize Mesquita costura um sensível panorama de escolas do nordeste goiano, em que a preservação dos saberes ancestrais Kalunga é encampada e defendida pela comunidade. Ao longo de “**Um pouco mais sobre nós: uma experiência de letramento racial com contos africanos e afro-brasileiros**”, os pesquisadores Élide Santos Ribeiro, Daniele Pivatelli, Tainá Ferreira, Layla do Carmo Cruz dos Santos e Otávio Henrique Rodrigues Meloni descrevem as múltiplas experiências de estudantes com a palavra literária, promovidas por meio do oferecimento de um curso de extensão que visava reunir a leitura e discussão de contos de autores africanos às

vivências dos estudantes. Sarah Vervloet Soares, em “**A leitura literária de *Terra Sonâmbula*: por uma educação emancipatória**”, relata, de forma minuciosa, o processo de produção de diários, em que as linguagens verbais e não verbais se mesclam, a partir da leitura ativa do romance de Mia Couto em turmas do Ensino Médio do Instituto Federal Fluminense (IFF). Cíntia Acosta Kutter, no artigo “**O ensino das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa: relato de experiência do/no PIBID**”, por sua vez, põe em relevo os esforços de instituições e docentes para que professores em formação, ligados ao Programa Institucional Brasileiro de Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), criassem cursos e oficinas, voltados ao Ensino Fundamental, com contos africanos e afro-brasileiros. Em “**Educação antirracista: Literaturas Africanas de Língua Portuguesa como instrumento crítico-reflexivo e de aprendizagem no Ensino Fundamental II**”, João Vichthor Alves da Silva parte da leitura de *O filho do vento*, de José Eduardo Agualusa, em uma turma do ensino básico, como estratégia para responder e mitigar as raízes racistas da sociedade brasileira.

Aos textos voltados ao dossiê da edição n. 29 da revista *Mulemba* – as múltiplas interfaces entre educação, as literaturas africanas e a legislação brasileira –, acrescenta-se, ainda, a **entrevista com a escritora caboverdiana Dina Salústio**, realizada por Katria Galassi – em uma conversa marcada pelo afeto, a autora perpassa temas como a leitura, a escrita e a constituição educacional da mulher em Cabo Verde.

Ao fim, publicamos três artigos de temática livre que são também um rico e crítico material para docentes de diferentes níveis de ensino. No primeiro, “**Um segredo sobre um segredo: literatura e fotografia no contemporâneo**”, de Taiana Machado e Clarisse Pessoa, fotografias de artistas angolanos e a obra de Djaimilia Pereira de Almeida são o marco inicial para a discussão do conceito de contemporaneidade, à luz do italiano Giorgio Agamben. Em “**Pelas mãos delas: perspectivas sobre a literatura e as artes visuais produzidas por mulheres angolanas no século XXI**”, Adriana Rodrigues interpreta o escasso acesso à educação e a oportunidades de emprego de mulheres angolanas como cenário para mapear a participação feminina nas artes visuais e na literatura entre 2011 e 2023. E, por fim, em “**‘Bissau é um enigma, Guiné é um mistério’: a questão da identidade guineense em *No fundo do canto*, de Odete Semedo**”, Sara Martins propõe uma análise de como se dá a construção da identidade guineense na obra da autora, considerando as marcas da violência presentes na história do país e os conflitos e dilemas entre os valores ancestrais/tradicionais e os do colonizador.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Os organizadores.

Referências

AMÂNCIO, Iris. O universo literário africano de Língua Portuguesa como ferramenta para efetivação da Lei 10.639/03. *In: AMÂNCIO, Iris (org.). Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica.* Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 47-105

CHAVES, Rita. Por um mar navegam as mesmas palavras. *In: CHAVES, Rita (org.). Contos africanos de língua portuguesa.* São Paulo: Ed. Ática, 2009. p. 7-10

TAVARES, Ana Paula Tavares. Aprender a falar a língua de Angola. *In: TAVARES, Ana Paula. Um rio preso nas mãos: crônicas.* São Paulo: Kapulana, 2019. p. 35-40